

**COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO LEGISLATIVA REQUERIMENTO N° DE 2023
REQUERIMENTO N°**

(Do Senhor Glauber Braga)

Requer de Vossa Excelência, nos termos do Regimento desta Câmara, a realização de Audiência Pública para debater a desmilitarização no serviço de navegação aérea brasileiro, a regularização da profissão de controlador de tráfego aéreo e a evolução do marco legal, regulatório e organizacional para o futuro sustentável da aviação civil no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 58, §2º, II da Constituição Federal e nos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para debater os seguintes assuntos conexos: “a desmilitarização no serviço de navegação aérea brasileiro, a regularização da profissão de controlador de tráfego aéreo e a evolução do marco legal, regulatório e organizacional para o futuro sustentável da aviação civil no Brasil”. Nesta abrangência, através deste representante do povo no Parlamento, fomos incitados pelo SNTPV (Sindicato Nacional dos Trabalhadores na Proteção ao Voo) para convocar a audiência Pública e, para este fim, propomos convidar para a Mesa as seguintes entidades/personalidades:

- Representantes da Diretoria do SNTPV (Sindicato Nacional do Trabalhadores ao Voo);
- Representante da Diretoria da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil);
- Representante do Ministério da Defesa e do Comando da Aeronáutica;
- Representante do Ministério de Portos e Aeroportos;
- Representante da Diretoria do SNA (Sindicato Nacional dos Aeronautas);
- Representante do DECEA (Departamento de Controle do Espaço Aéreo);
- Representante da Casa Civil da Presidência da República.



* C D 2 4 5 7 5 5 9 0 7 6 0 0 * LexEdit

JUSTIFICAÇÃO

Em um contexto de grandes transformações tecnológicas, do avanço na automação nos serviços neste século XXI, a estrutura da aviação civil deve se adaptar aos novos tempos e considerar os melhores parâmetros internacionais de segurança e desenvolvimento. Desde o “caos aéreo” ocorrido após os dois maiores acidentes aéreos, em 2006, a sociedade brasileira começou a discutir as condições tecnológicas e de trabalho nos serviços de proteção ao voo ou de navegação aérea. Embora parte da regulação da aviação civil ganhou mais transparência com a substituição de um departamento militar (DAC) por uma agência reguladora (ANAC), outra parte expressiva da aviação civil continua militarizada e demandando uma análise desta esfera competente da República brasileira. Convém, portanto, questionar sobre o grau de militarização dos serviços, o reconhecimento nacional da profissão de controlador de tráfego aéreo, e os passos para a evolução do marco regulatório e organizacional para um futuro sustentável neste setor estratégico para um país continental. Esta audiência trará subsídios para que os parlamentares federais obtenham um diagnóstico preciso da situação e ofereçam soluções metalegislativa, considerando que é da iniciativa do Poder Executivo Federal as principais medidas legislativas para reformulação do atual modelo. É na Casa legislativa do povo, através de audiências públicas, que se faz a melhor interface entre as demandas da sociedade e a cúpula do Poder Executivo Federal.

Em síntese, é importante através da audiência pública a Câmara dos Deputados iniciar um novo diagnóstico sobre temas que demandaram, em 2007, Comissão Parlamentar de Inquérito e teve soluções que ainda não foram encaminhadas para o equacionamento e prevenção de novo “caos”, diante do emergente crescimento da aviação civil brasileira.

Sala das Sessões, 12 de março de 2024.

Glauber Braga

Deputado Federal PSOL/RJ



* C D 2 4 5 7 5 5 9 0 7 6 0 0 * LexEdit